

## Um arco-íris nas velas do Argo: Experiências de gênero na fronteira

Mônica Saldanha<sup>1</sup>

**Resumo:** O encontro dos estudos feministas com o pós-estruturalismo, com a proposta desconstrutivista e com os pensadores da “virada linguística”, fez emergir a categoria gênero, em sua concepção relacional, reconfigurando os debates e possibilitando a constituição daquilo que hoje chamamos estudos de gênero. A desestabilização do sujeito, a renúncia às metanarrativas universalizantes e o abandono da concepção de linguagem enquanto veículo neutro de significados externos tiveram efeitos inegáveis tanto para os estudos de gênero quanto para a literatura. Enquanto a noção de sujeito passa a ser compreendida em seu caráter ilusório, ficcional – daí a ideia de que o gênero não tem substância, mas se materializa na repetição performativa –, construído como assujeitamento a regimes normativos e linguagens que nos precedem, o romance moderno se reestrutura na medida em que se questiona a vida enquanto existência dotada de sentido prévio, confiando ao autor a tarefa de alinhar os recortes de memória. Neste processo narrativo, o autor lhes atribui significado e, com isso, lança a obra enquanto enigma a ser reelaborado pelo leitor a partir do que Roland Barthes nomeia punctum: o ponto que transpassa a obra e atinge o leitor, mobilizando-o e provocando nele “a pressão do indizível que quer se dizer”. É partindo do punctum barthesiano que inicio este ensaio, lançando-me às frestas da linguagem, às impropriedades da gramática dos sujeitos generificados, ao campo do não-binário.

**Palavras-chave:** Lesbianidade, Não-binariedade, Gênero.

---

<sup>1</sup> Educadora em sexualidade (UNISAL) e mestre em educação (FEUSP). Pesquisadora independente. [saldcoelho.msc@gmail.com](mailto:saldcoelho.msc@gmail.com).

Entre as décadas de 1980 e 1990 uma modificação marcante ocorreu no campo feminista acadêmico: a categoria gênero, em sua concepção relacional constituída para além dos binômios simplificadores característicos do racionalismo iluminista, tomou o centro dos debates, reconfigurando o campo daquilo que hoje chamamos estudos de gênero. Esta movimentação se deu, principalmente, em razão do encontro dos estudos feministas com o pós-estruturalismo, com a proposta desconstrutivista, com os pensadores da “virada linguística”, entre eles Michel Foucault, Jacques Derrida e Roland Barthes ( RAGO, 1998; SILVA, 2002).

A desestabilização do sujeito, a renúncia às metanarrativas universalizantes e o abandono da concepção de linguagem enquanto veículo neutro de significados externos – todos deslocamentos característicos do pós-estruturalismo (SILVA, 2002) – também tiveram efeito inegável na literatura. Pierre Bourdieu aponta, em *A ilusão biográfica* (2006), que o romance moderno se reestrutura na medida em que se questiona a vida enquanto existência dotada de sentido e, citando Allain Robbe-Grillet, reforça a imprevisibilidade, o despropósito, a ausência de sentido prévio que caracterizam o real. A história de vida é, portanto, uma ilusão retórica baseada no “postulado do sentido da existência narrada” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Sendo assim, faz-se imperativo lidar com a ausência de um sentido essencial que guie a história, ainda que, desse modo, as noções de veracidade e rigor factual entrem em questão, principalmente quando se discutem narrativas de teor histórico ou biográfico. Nas palavras de Philippe Lejeune (2008), a semelhança em relação à realidade extratextual que caracteriza o pacto referencial, indispensável às biografias e autobiografias, pode ser alcançada por meio da exatidão – que diz respeito à veracidade das informações – ou da fidelidade – cujo foco é a totalidade da narrativa, sua significação, que pode somente ser produzida no uso das técnicas narrativas, ou seja, pela intervenção do autor.

Todavia, ainda que seja sua a responsabilidade por alinhar os recortes de memória, dotando-os de significado no processo narrativo, não cabe ao autor reivindicar o sentido último de sua obra; de modo contrário, a sua morte simbólica paga o nascimento do leitor e inaugura a obra enquanto enigma (BARTHES, 2007). Na leitura de Cláudia Pino (2016), uma parte deste autor sobrevive, emergindo no encontro com o leitor em que sensações, impressões, elementos de vida passam de um corpo a outro. Para ela, “o autor, depois de morto, não deve ser pensado como entidade, mas como movimento” (PINO, 2016, p. 27), do qual nasce o biografema, definido por ela como a experiência que foi do autor e se dissipou, afetando o leitor.

Mais além, Gabriel Feil (2010) esclarece que o biografema não se opõe à biografia, embora o primeiro se prolifere – se abra à reinvenção – enquanto a biografia estabelece uma verdade última – um significado total. A escritura biografemática constitui um modo de lidar com a biografia sem limitar-se pelas amarras da história de vida, uma forma de recuperar a memória em processos de recriação e reelaboração.

De modo semelhante, os efeitos das reflexões pós-estruturalistas sobre os estudos de gênero também se observam na denúncia do caráter ilusório – ou melhor, ficcional – do sujeito e, por consequência, da identidade. Daí derivam a noção de que o gênero não tem substância – constituindo-se relacional e performativamente – bem como a ideia de que o relatar de si implica a operação de linguagens que nos precedem, o assujeitamento diante de regimes normativos que nos limitam e constituem (Judith BUTLER, 2003; 2015). Com base nessas reflexões, Butler (2015) afirma que para questionar os regimes de verdade que definem os limites de nossa inteligibilidade é necessário pôr em risco a própria capacidade de dizer sobre nós mesmos.

Mais além, se o relato de si, a história de vida e a identidade são ficções narrativas que produzem a ilusão de um sujeito coeso, deve haver algo que determina os referenciais a partir dos quais se alinhava a sua continuidade. Barthes nomeia, a partir de reflexões sobre a fotografia em *A câmara clara* (1984), o *punctum*. Este ponto que

transpassa a obra e atinge o leitor, mobilizando-o, aparece como acaso, detalhe, objeto parcial, mas também como aquilo que provoca no espectador “a pressão do indizível que quer se dizer” (BARTHES, 1984, p. 35), tomando conta de toda a imagem com sua potência que lança o espectador ao campo do ininteligível. É a partir do punctum barthesiano que inicio este ensaio, lançando-me às frestas da linguagem, às impropriedades da gramática dos sujeitos generificados, ao campo do não-binário.

### **Verdades sobrepostas, caleidoscópios e fronteiras<sup>2</sup>**

Meses atrás minha esposa estava lendo *Argonautas*, de Maggie Nelson, uma “autoteoria” poética que retoma as memórias da autora e lida com questões de gênero, identidade, sexualidade e parentalidade. Entre uma página e outra, ela recitava os trechos que mais a impactavam, já que muitos envolviam o tema de nossos estudos – ter me casado com outra pesquisadora de gênero tem essas vantagens –, e terminávamos a noite discutindo algum pormenor do texto. Em um desses momentos, ela leu em voz alta:

Tenho um amigo que pensa no gênero como uma cor. O gênero e a cor têm em comum certa indeterminação ontológica: não é correto dizer que um objeto é uma cor, nem que o objeto tem uma cor. O contexto também a modifica: todos os gatos são pardos, etc. A cor também não é, a rigor, voluntária. Mas nenhuma dessas fórmulas quer dizer que o objeto em questão é incolor (NELSON, 2017, p. 20).

Dentre todos os trechos pinçados por ela, a ideia de que seria possível pensar a multiplicidade e a complexidade do gênero em uma aproximação com as cores me atingiu de forma mais intensa, talvez pela característica visual da analogia. Minha esposa tem uma condição chamada “afantasia”, sua mente não é capaz de produzir

---

<sup>2</sup> A noção de fronteira utilizada neste trabalho é tributária dos escritos de Gloria Anzaldúa, para quem a fronteira não é um limite físico estabelecido e fixo, mas um espaço indefinível, não submetido ao regime binário, no qual a incerteza e a indeterminação funcionam como força produtora de significados e experiências singulares.

imagens, de modo que sua percepção de mundo é focada em outros sentidos e suas memórias e descrições são repletas de sabores, sons, cheiros e sensações. Eu, por outro lado, percebo o mundo de forma essencialmente visual, o que pode ser bastante limitante – os estudos de Oyèrónkẹ Oyěwùmí, que discutem as noções de cosmovisão e cosmopercepção, no contexto da crítica ao colonialismo, são um bom exemplo desta limitação – mas, nesse caso, acentuou meu interesse. Durante vários dias o trecho me acompanhou sem que eu conseguisse identificar o motivo até que pude, finalmente, me dedicar à leitura do livro que ela tanto elogiou.

Não entendi uma única palavra, ao menos até a página 36, momento em que fechei o volume, encarando a capa cor de salmão (ou seria laranja? Faz sentido dizer que algo tem “cor de salmão”? Teriam eles todos a mesma cor? E que macabro foi perceber que a referência não é às suas escamas, mas à carne). Não é que eu menospreze o tom íntimo de Maggie Nelson, mas sua escrita sensível e afetiva exige uma capacidade ímpar de se conectar às memórias confidenciais. Não deveria ter me surpreendido. A mulher com quem escolhi construir minha família transita entre os afetos de uma forma tão fluida que parece nadar nos seus fluxos; tubarão seguindo correntes marítimas, como o peixe-falante na água-linguagem descrita pelo filólogo Marcos Bagno (2007).

Já eu costumo pensar que tenho um cérebro de exatas animado por um coração de humanas, esbarrando sempre naquele algo que escapa ao tentarmos racionalizar os afetos. Depois de ser impactada pela definição de erótico de Audre Lorde (2019) – que privilegia a capacidade de extrair prazer do mundo, de criar e transformar, de pôr em circulação a força vital, em detrimento de definições reconhecidas como estritamente sexuais –, reconheci finalmente minha limitação. Joan Scott reforçou essa percepção ao reelaborar o binômio mente/corpo como razão/sexo no contexto da emergência do racionalismo iluminista e, portanto, na gênese do que se entende por Ocidente.

Scott talvez afirmasse que o sujeito racional é necessariamente masculino, enquanto Lorde atesta, sem rodeios, que a poesia dos patriarcas brancos é jogo de palavras estéril, em contraposição à destilação da experiência contida na poesia das mulheres (LORDE, 2019, p. 46), principalmente negras, cuja subjetividade não se permite restringir a um modo de vida desencantado, despido de potência; tecnocorpos cuja *potentia gaudendi* está plenamente capturada pelo regime farmacopornográfico, diria Paul Preciado (2018).

Mal posso mensurar por quanto tempo estive capturada pelo desencanto, incapaz de conectar corpo e mente, muito menos supor que tipo de percepção poderia ter desenvolvido se estivesse plenamente presente nestes muitos anos. Hoje sustento um esforço de tradução afeto-razão, cuja parte divertida é, por vezes, imergir em analogias aparentemente absurdas, como aquela entre gênero e cores.

Fato é que cores não são reais, mas a expressão visual de ondas eletromagnéticas que, em frequências específicas, entram em contato com os olhos, são decodificadas e comunicadas ao cérebro como cores-imagem. Cores não têm substância. Não é possível pegá-las, tocá-las ou verificá-las senão por lentes programadas para responder a cada frequência com uma expressão visual.

Nossos olhos-máquina-de-ver não são mais do que lentes programadas para perceber, identificar, decodificar e comunicar ao nosso cérebro-máquina-de-racionalizar quais ondas se refletem e quais são absorvidas pelo objeto-pigmento. A rigor, a lente não apenas decodifica as cores-luz, “revelando-as”, mas produz – cria – as cores-imagem a partir da luz e segundo os parâmetros estabelecidos.

A linguagem da cor-luz não é a mesma da cor-pigmento e cabe às lentes traduzi-las, criar a ponte que permite a relação luz-pigmento transcrita na imagem; mas fato é que, muitas vezes, não se sabe diferenciar verde-água e azul-piscina. Isso acontece porque há ainda outra tradução necessária à determinação da cor: a nomeação. A linguagem da cor-palavra tampouco é a mesma da cor-luz, que também não é a

cor-pigmento, tampouco a da cor-imagem; é a cor-palavra a linguagem que comunica cores de um cérebro-máquina a outro.

De todo modo, a percepção das cores depende fundamentalmente do tipo de lente que usamos. O que enxerga um daltônico quando seus olhos-lente recebem de algum objeto a reflexão de uma cor-luz que eles são incapazes de decodificar em imagem? Quando criança eu me perguntava frequentemente se a relação cor-palavra/cor-imagem seria igual para todos; será que meu verde é igual ao seu?

Alguém que preze excessivamente pelo paradigma binário natureza/cultura pode argumentar que os olhos-máquina são menos máquina do que as que compõem outras lentes, mas por que seriam? Nosso corpo é todo inventado, cyborg, diria Donna Haraway (2000).

A vasta obra de Michel Foucault já nos apontava a inexistência de uma Natureza, de uma verdade última a qual recorrer diante da “artificialidade” da Cultura, ao afirmar que as muitas verdades possíveis se produzem em processos de veridicção, cristalizados em regimes de verdade relativamente estáveis, cuja coerência se garante pela hierarquização de saberes: saber-poder. A partir dessa concepção, a binariedade dos pares certo/errado, verdade/mentira se multiplica em uma profusão de possibilidades, em realidades sobrepostas cujos contornos maleáveis se estabilizam a partir de referenciais arbitrários cuja legitimidade provém de relações de poder.

O sexo e o gênero, tantas vezes tomados como par binário correspondente, respectivamente, à natureza e à sua elaboração cultural, não são senão produções recentes do saber ocidental, carregados de colonialidade, branquitude e cisheteronormatividade, todos naturalizados no saber-poder médico-científico (LAQUEUR, 2011; LEITE JR., 2011; PRECIADO, 2014; 2018).

Paul Preciado vai adiante e nos mostra como o capitalismo pós-industrial se constrói a partir da gestão política e técnica do corpo, constituindo-se como regime farmacopornográfico, cujos mecanismos se materializam na psicologia, na sexologia e

na endocrinologia, consolidada a ciência como “aparato discursivo-material da produção físico-corpórea” (PRECIADO, 2018, p. 37). Desse modo, a produção do corpo, que, na sociedade disciplinar ocorria a partir do exterior – ortoarquitetura –, no regime farmacopornográfico converte-se em “somatotécnica”, as tecnologias se tornam parte do corpo, diluídas como biocódigos: hormônios, enzimas, neurotransmissores, cocaína, viagra.

Não falo aqui, portanto, das intervenções cosméticas – cortes de cabelo, tatuagens, silicones –, médicas “corretivas” e normalizadoras – olhos míopes operados a laser, membros prostéticos para veteranos de guerra, genitálias intersexo “alinhas” ainda nos primeiros momentos de vida –, mas daquelas intervenções que lhes dão significado, aquelas que naturalizamos a ponto de tomar como fundamento, indiscutível, transparente.

Se chamarmos às lentes “tecnologia” e aos seus parâmetros programados “regime de verdade”, é mais fácil compreender por que um objeto pode ser amarelo, verde e rosa, todas simultaneamente, cada cor–palavra usada para se referir à cor-luz codificada em múltiplas cores–imagem por lentes distintas, verdades múltiplas, realidades sobrepostas, não binariedade policromática?

### **Viagens interdimensionais em processos de tradução**

Em uma elaboração tão carregada de referências visuais, não poderia deixar de emergir a noção de visibilidade e a problemática da representação que a ela se articula. Enquanto eu matutava esta questão, andando em círculos, involuntariamente capturada pelos possíveis significados de visibilidade/invisibilidade e inteligibilidade/ininteligibilidade nestas disputas entre lentes–tecnologia e suas traduções plurais para cores–pigmento-luz-imagem-palavra, mais uma vez minha esposa veio me salvar.



Empurrando a tela do celular na minha direção, disse: “Olha que lindo, a fumaça do incenso muda de acordo com a música que toca no ambiente!”. Ficamos alguns minutos assistindo às ondas sonoras, visíveis apenas pelos efeitos que têm sobre o ar e, conseqüentemente, sobre a fumaça. Lembrei-me daqueles vídeos em que se espalha areia em uma superfície posicionada sobre uma saída de som e os grãos se reorganizam, formando mosaicos, transcrições visuais do que é sonoro; sinestesia. Se chamarmos à luz linguagem é possível entender que sinestesia é tradução?

Ao compartilhar esse pensamento com ela, recebi imediatamente a chave que buscava para seguir minhas conjecturas extravagantes. Tomando seu tom professoral – o qual testemunho, admirada, menos vezes do que gostaria – ela explica que, segundo Haroldo de Campos, a tradução é, na realidade, um processo de transcrição.

Recordo imediatamente as aulas de psicanálise e gênero na universidade, nas quais discutimos a posição derridiana que reivindica a inexistência do original, tão cara à perspectiva da performatividade de gênero defendida por Butler, a paródia do gênero, uma cópia sem original, que se mantém pela força da repetição, não por um fundamento natural: a copy of a copy of a copy.

A citação não vem de uma obra canônica dos estudos de gênero, mas do best-seller Clube da Luta, de Chuck Palahniuk, cuja adaptação para o cinema com Edward Norton e Brad Pitt nos papéis principais, ironicamente, tornou-se referência para grupos masculinistas. Contudo, aprendi com Jack Halberstan (2020) que obras de apelo popular podem ser uma boa fonte de elementos para reflexão e ainda acredito que haja um paralelo válido entre a paródia do gênero, os processos de tradução e as cópias de cópias de Tyler Durden.

No romance, a rotina do narrador torna-se indistinguível de si mesma na medida em que se repete mecanicamente; seu corpo automatizado é cindido da mente, que permanece em torpor constante, reproduzindo ritualisticamente o trabalho, o que a despe da vida de qualquer significado mais profundo que pudesse lhe dar sentido. É

verdade que a escolha de Palahniuk em buscar uma masculinidade supostamente natural – destrutiva, necropolítica – para reorientar sua narrativa e suprir de significado a vida dos personagens poderia explicar por que a iconografia da obra foi apropriada por masculinistas, mas se nos desapegarmos da ideia de natureza e assumirmos, como defende a própria Butler (2015), a responsabilidade por essa construção de significado, o que poderemos produzir?

Veja bem, uma vez que não há sentido intrínseco à narração – seja ela a construção de sentido para a própria vida, a retomada e reunião de fatos para a elaboração de uma (auto)biografia ou a performatividade de gênero – está nas mãos dos autores, sempre, a responsabilidade pelo direcionamento que se dará à construção narrativa. O apego à crença em uma origem natural pode levar à imobilidade, à cópia entorpecida de Palahniuk; ao reconhecimento da inexistência de original, às paródias subversivas e à responsabilidade política descritas por Butler (2003; 2015).

Na tradução, no entanto, seria possível argumentar que há um texto-origem, cujo sentido deverá ser reproduzido na linguagem-destino. Esta posição ignora, contudo, que o tradutor é, necessariamente, um leitor e, como tal, elabora um sentido próprio para a obra. Além disso, o exercício de traduzir não pode ser reduzido à simples transposição de um idioma ao outro, como se as linguagens fossem idênticas entre si – economia do mesmo, diria Luce Irigaray (2002); straight mind, rebateria Monique Wittig (2022) – mas compreender a complexidade de ambos os idiomas, assim, buscar formas de expressar significados complexos.

Longe de ser meio transparente entre linguagens, a tradução imprime sua própria marca sobre o texto, sobre as possibilidades de significação que dele derivam, como vidro ou água redirecionam parte dos raios de luz: refração e reflexão. Linguagem-pigmento; linguagem-luz; linguagem-imagem; linguagem-palavra: todas interligadas e articuladas para produzir cores. Tantas traduções necessárias – ou, melhor

dizendo, possíveis – neste processo de significação, como seria possível imaginar que as cores – e o gênero – são autoevidentes?

Penso que, ao mencionar gênero naquele contexto, Maggie Nelson talvez tenha se referido à subjetividade generificada, porém há muitos outros significados atribuídos ao termo; sua trajetória é marcada por usos inovadores, quiçá impróprios<sup>3</sup>, sem maior precisão conceitual.

Com efeito, a primeira conceituação do termo com que tive contato foi aquela definida por Joan Scott (1995), em que o gênero assume a forma de categoria de análise histórica; a chave a partir da qual Scott decide revisitar a historiografia, enfatizando as relações de poder que marcam aquilo que Raewyn Connell (2009) chamaria “arena reprodutiva”, mas cujos significados se engendram em todo o campo social.

Muito antes da elaboração de Scott, contudo, a palavra gênero seria utilizada por John Money e Robert Stoller, ambos sexólogos pioneiros no que, posteriormente, se consolidou como campo das transexualidades e transgeneridades. Ambos investiam o gênero de caráter cultural – e, portanto, maleável, passível de intervenção – e o sexo, de caráter natural, pré-discursivo, indisputável. O gênero também seria utilizado, nesta mesma chave binária, por feministas estadunidenses e europeias, para questionar os papéis sociais de mulheres e homens na sociedade, reivindicando a igualdade de direitos a despeito de uma diferença fundamental de ordem reprodutiva e natural.

Joan Scott faria parte de uma tendência mais recente que recusa a ideia de que o gênero está ligado exclusivamente à questão reprodutiva, o que, em um primeiro momento, possibilitou a concepção do gênero como um aspecto das relações de poder e, assim, sua articulação a outros eixos de organização dessas dinâmicas – como raça e classe, mas, posteriormente, levou a análises abrangentes como a de Paul Preciado.

---

<sup>3</sup> Não quero dizer com isso que sejam equivocados ou repreensíveis, somente que esses usos não se importam em respeitar outros, mais antigos ou consagrados, dedicando-se justamente à tarefa de torcê-los, produzindo novas possibilidades de significação.

Porém há outro uso que me interessa, aquele que circula na obra de Paul B. Preciado, em que o gênero emerge como tecnologia. Se o gênero não somente confere significado aos corpos, mas efetivamente os produz, seria justo dizer que ele é lente, prótese programada em parâmetros-regimes-de-verdade? Corpo-pigmento; comportamentos-luz; gênero-lente; performatividade-imagem; identidade-palavra?

### **Rascunhos biografemáticos: qual é a cor da sapatão?**

Sequer me lembro da primeira vez que eu ouvi a palavra sapatão, sei somente que ela me acompanha há muito tempo. Primeiro, acusação; depois, verdade; então, escolha; por fim, companheira de viagem. É fascinante e perturbador perceber os muitos tipos de lente-gênero que codificaram minha existência limítrofe durante décadas e com as quais operei, embora fosse incapaz de percebê-las.

Quando criança fui aquilo que se costuma chamar tomboy, na falta de uma palavra precisa em português; meu comportamento, minhas preferências e até a forma como interagia com o mundo pareciam excessivamente masculinos aos olhos dos adultos – “tudo aqui quer me revelar”, cantava Zélia Ducan. Contudo, a sexualidade das crianças não espelha a dos adultos – sua polimorfia, sua insubmissão são tomadas como inexistência, justamente porque são ininteligíveis – e, antes que aquilo que se convencionou chamar desejo sexual se manifeste, a questão remete quase exclusivamente ao que chamamos identidade de gênero (ou performatividade de gênero, se quisermos evitar as armadilhas identitárias). No meu caso, bermudas largas e boné escondendo o cabelo comprido desgrenhado, não havia muito espaço para dúvida: estávamos diante de uma sapatão. Neste momento, os parâmetros-regime que norteavam a ação da lente-gênero eram simples: se há comportamento masculino, há inversão; se há inversão, há homossexualidade latente, esperando para desabrochar. Cresci nesse entre-lugar menina-menino, invertida, virago, butch.

Porém, a adolescência chega e a sexualidade infantil é forçosamente recortada, dobrada, produzida no dispositivo foucaultiano (1988); desvinculam-se gênero e sexualidade, como queria Gayle Rubin (2011), e se faz possível que nos digam em uníssono “você pode ser lésbica, mas não precisa se portar como um homem”. Mudam-se os parâmetros, sai de cena a invertida, entra a lésbica; percebe-se que a sapatão e a invertida partilham algo, um índice de gênero, algo que escapa à lésbica, à mulher lésbica. “Lésbicas não são mulheres”, ecoam as palavras de Wittig (2022, p. 67).

As políticas de visibilidade fizeram diferença na minha vida em uma época em que não se falava tão abertamente sobre diversidade sexual. Sentir a diferença no corpo não era suficiente para codificá-la; saber-se diferente produzia somente a sensação de isolamento e não havia – ao menos não ao meu alcance – modelos de vidas possíveis nos quais me espelhar; a ininteligibilidade da lesbianidade era mantida, em parte, pela invisibilidade dos sujeitos lesbianos. Não poderia dizer, então, que elas são inúteis ou obsoletas, embora reconheça seu caráter paradoxal: o reconhecimento da diferença cristalizada em categorias está sempre sujeito a reificá-la (SCOTT, 2005; RAGO, 2017).

Ocorre que o invisível é como um objeto que, privado de luz, posicionado no canto mais escuro do cômodo, parece não existir para os olhos-lente, embora seja perceptível de outros modos. Mesmo quando aumentamos a luminosidade e alguns raios perdidos finalmente atingem o objeto esquecido, sua cor não aparece de forma plena; todos os objetos afastados da luz ganham uma coloração semelhante, ainda que tenham pigmentos distintos, como disse Nelson, “à noite todos os gatos são pardos” (2017, p. 20). E não importa o quanto tentemos abrir janelas e portas, haverá sempre uma parte do cômodo, eclipsada pelas vigas, paredes e teto, que permanecerá semioculta, cores distorcidas.

O ininteligível é mais sorrateiro e mais assombroso. Habita a sala, sejam os cantos escuros ou os mais luzidios, mas não interage com a luz, passando ao largo dos olhos-lente. Porém, assim como os objetos escurecidos à sombra, sua presença pode ser

observada pelos efeitos que causa: fumaça que dança ao som em ondas, no ar em movimento. Os olhos-lente não podem captá-las, sua linguagem não permite; somente quando algo – como o ar – traduz a linguagem–som para linguagem–luz, os olhos–lente conseguem verificá-las de forma fugaz, fugidia, evasiva. O ininteligível não pode ser contido pelos limites do cômodo e emerge, inominado, perceptível somente pelos seus efeitos, apenas para desaparecer novamente, em fluxo.

Por algum tempo, a visibilidade pode parecer suficiente, estica-se o corpo na direção dos raios minguados de luz que o regime da heterossexualidade permite alcançar. Entretanto, logo fica evidente que se os raios se movem, alguns do que antes estavam visíveis começavam a perder a cor, porque o fato é que, na linguagem–luz, a diferença entre o visível e o invisível é uma questão de posição, não de caráter. “A homossexualidade não é nada mais do que heterossexualidade” (WITTIG, 2022, p. 63), diria Wittig; dizer o desejo sapatão na linguagem do regime heterossexual – homossexualidade – é efetivamente produzi-la enquanto cópia imperfeita da heterossexualidade.

O desafio de se manejar o campo da inteligibilidade é, portanto, produzir e operar linguagens próprias, que permitam a emergência daquilo que, de outro modo, permaneceria impossível de se dizer, que possibilitem a constituição de novos modos de vida, como sugeriu Michel Foucault (1981), como deseja Paul Preciado (2020).

Adrienne Rich (2010) fez isso ao propor o continuum lésbico, Audre Lorde (2019) investe nesta mesma ideia ao optar pela poesia como linguagem privilegiada para relatar sua experiência e sua percepção do mundo, Monique Wittig (2022) aponta este caminho ao insistir que abandonemos a identidade feminina para dizer de nós, sapatonas. Porém, como alertam Judith Butler (2015) e bell hooks (2013), produtos da linguagem que somos, mesmo a produção de linguagens próprias está em constante diálogo com aquelas das quais emergimos; torcemos seus usos muito mais do que

criamos algo original, nos apropriamos delas e vivemos, na fronteira, em eterna tradução.

Cada tradução marca uma escolha: quais dos significados que compõem a constelação que orbita a palavra na língua de origem decidimos privilegiar, uma vez que nunca haverá equivalente perfeito na língua de destino? Quando Sam Bourcier traduziu o famoso *The straight mind*, de Monique Wittig, para o francês, ambos decidiram que o melhor seria manter o original – *straight* – no título: *La pensée straight*. A tradução em língua espanhola optou pelo *El pensamiento heterosexual* e a recente versão nacional seguiu esta tendência, intitulado-se *O pensamento hétero*.

A palavra *straight* carrega os significados direito, reto, direto, sério e até honesto; remete à norma e, justamente por isso, à heterossexualidade, embora a palavra não tenha originalmente relação direta com a sexualidade. No espanhol e no português, “heterossexual” ou sua versão informal “hétero” privilegiam uma outra dimensão: a da diferença. Não há nada na palavra heterossexual que indique seu caráter normativo, somente se informa que se trata de uma forma de sexualidade orientada para o diferente. Na tradução se perderam, portanto, os significados relativos à normatividade privilegiando-se aqueles que remetem à sexualidade.

Penso que escolheria a saída de Sam e Monique, se me fosse confiada a tarefa, visto que a análise de Wittig dá destaque à normatividade e aos processos pelos quais o regime de pensamento ocidental produz a sexualidade como um o regime político heterossexual. Contudo, há aí também uma renúncia: optando pela não tradução, autora e tradutore depositam sobre quem lê a responsabilidade pela significação, abdicando da tarefa de selecionar aquele que considerariam o melhor direcionamento para o termo; conhecer ambas as linguagens e aplicá-las em conjunto é imperativo para que leitores possam apreender as múltiplas dimensões da referência wittigiana.

O que se perde nas traduções da lesbianidade por meio das diversas lentes disponíveis? Quais são os parâmetros possíveis para as lentes-gênero atuarem sobre

nossas existências, produzindo-as na linguagem da heteronorma? Sem considerar as múltiplas categorias existentes em culturas pré-coloniais ou que resistem ao colonialismo – neplanteras, tríbades, berdaches, patlache (FALQUET, 2006; REA, 2018) – quantas categorias existem entre a virago, esse ser intermediário entre a passividade e atividade, entre o feminino e o masculino, entre o frio e o quente; a invertida, a herdeira do hermafroditismo psíquico, cujo desejo por suas iguais era efeito da inversão de gênero; e a lésbica cis, a mulher cuja sexualidade tornada privada em nada impacta sua existência social enquanto mulher (LAQUEUR, 2001; LEITE JR., 2011; REA, 2018)? Mais além, de que modo todas elas coexistem nas sapatonas de hoje? De que cor é a sapatão?

Nos anos 1970, as feministas heterossexuais consideravam a lesbianidade uma ameaça ao movimento, por sua recusa da feminilidade e das políticas assimilacionistas daquelas que pretendiam conciliar homens e mulheres, reafirmando a diferença sexual e, portanto, a heterossexualidade como eixo central da vida social. A esse fantasma lesbiano, chamou-se lavender menace. Não sem razão, a bandeira lésbica criada naquele momento traz o machado de duas lâminas – a labrys – e o triângulo negro em fundo roxo.

Apesar disso, os anos 1980 vieram e se foram, assim como os anos 1990 e os 2000 e os 2010. O homonacionalismo (IRINEU, 2014; PUAR, 2015) e a homonormatividade cresceram e ganharam força (REA; AMANCIO, 2018), domesticando a diferença sob o discurso da diversidade sexual, destacando-a de outras formas de dissidência e instrumentalizando-a na reelaboração de outras fronteiras raciais, étnicas, epistemológicas, geopolíticas.

A defesa da homossexualidade - ou sua versão “respeitável”, dessexualizada, centrada na família nuclear monogâmica e plenamente integrada ao capitalismo global - fez-se ferramenta neocolonial, civilizatória, bem representada pela versão da bandeira estadunidense em que se substituem as faixas vermelhas pelas cores do arco-íris ou



pelos soldados israelenses assumidamente homossexuais cujo trabalho envolve a violência sistemática contra a população palestina em nome do Estado.

Ironicamente, as sexualidades não centradas nas práticas reprodutivas, marginalizadas e estigmatizadas a partir do referencial cristão e da noção de sodomia, ao serem assimiladas pela ciência - a religião do ocidente - foram redefinidas pelos valores cristãos implícitos na cultura ocidental, como bem apontado por Joan Scott (2011).

Na era farmacopornográfica de Preciado, os corpos são máquinas a serviço do capitalismo global, para quem pouco importa com quem transamos ou deixamos de transar, desde que permaneçamos presos aos fluxos de prazer-frustração, conectados às redes como baterias humanas, força vital, libido, *potentia gaudendi* transformada em capital enquanto o planeta morre lentamente. Agora, os monstruosos-abjetos-ameaçadores-queer são aqueles que intervêm nos próprios corpos, a despeito das exigências do capital, para tomá-lo de volta, desterritorializá-lo para ressignificar e produzir novos modos de vida. Sob esta lente, que cor é a sapatão?

Não existe mais ameaça lilás, sequer a bandeira manteve a cor, substituída por tons de rosa. O curso da história nos levou a um processo de naturalização da lesbianidade, sua circunscrição ao âmbito privado, ao distanciamento de outras formas de dissidência, à instrumentalização colonial. A higienização da sapatão tornou-a lésbica: eu avisei que a homossexualidade não é nada mais do que heterossexualidade, sussurra Wittig.

De outro lado, há em curso um projeto que reivindica o roxo e o lilás para defesa de uma lésbica “pura”, que não é menos branca ou menos colonial do que a primeira. Fruto do conspiracionismo representado por figuras como Janice Raymond e Sheila Jeffreys, essa versão da lésbica se constrói sobre uma reivindicação de natureza profundamente antigênero, elegendo as trangeneridades como alvo prioritário. Teria a ameaça lilás se voltado contra as dissidências sexuais e de gênero?

Anos atrás, gravei no meu braço, com agulha e tinta, a labrys sobre roxo, para carregar na pele a insurreição que levo no peito. Contudo, as lentes-gênero seguem se alterando, criando caleidoscópios. Há a lésbica cor-de-rosa do colonialismo branco e a lésbica transfóbica do conspiracionismo antigênero. E agora, de que cor é a sapatão? Quais as cores da insurreição?

Com frequência, sou interpelada pela pergunta impertinente: você é homem ou mulher? Certa vez, na faculdade, parei em frente ao caixa da lanchonete e pedi algo para comer, ao que o rapaz respondeu: qual seu nome? Há anos não uso meu nome de batismo, mas um apelido de escola neutro em gênero que “pegou” – Sald –, o que faz com que essas perguntas criem um pequeno lapso de dúvida: como me apresento? Recordei esse episódio imediatamente ao ler o relato de Maggie Nelson sobre seu marido Harry, que nunca se interessou em modificar seu nome nos documentos oficiais, permanecendo Harriet Dodge, butch on T:

O rapaz fez uma longa pausa, depois perguntou: “Esse cartão é dela, certo?” – apontando para mim. Quase senti pena por ele, que ficou desesperado para normalizar a situação. (...) “O cartão é meu”. Longa pausa, longo olhar de soslaio. Uma sombra de violência costuma pairar sobre essas cenas. “É complicado”, Harry finalmente disse, perfurando o silêncio (NELSON, 2017, p. 99).

Experimento o processo descrito por Cláudia Pino (2016), o punctum que se constitui na comunicação entre corpos; de fato, o que me fere, afeta, é a percepção do corpo impossível, mutante, cyborg, alienígena, deslocado. Tenho o palpite de que a corporificação da ininteligibilidade é a tensão, o conforto é privilégio dos corpos “normais”. Porém, a percepção da diferença traduzida em desigualdade não é constante: enquanto transito nos espaços em que minha existência é plenamente reconhecida, ela se esvai, lentamente. Ao encontrar-me com Harry por meio do relato, o que sinto é a perturbação causada pela consciência súbita da posição excêntrica que ocupo; corpo tenso.

Buscando aliviar esta tensão inesperada e imaginando que um nome feminino facilitaria a conciliação do rapaz com meu rosto infantil nu e com os pequenos seios quase escondidos no casaco, respondi com meu nome de batismo. Confuso, ele questionou rapidamente: Wellington? Ri, talvez um pouco culpada por ter causado a confusão que tentara evitar. Ele parecia profundamente constrangido. Repeti meu nome e voltei à mesa esperando que me chamassem. Ainda hoje me divirto pensando que meu nome em nada se assemelha a Wellington, acho que não há um único fonema comum entre eles, mas talvez ele tenha prestado mais atenção ao cabelo de corte militar, à jaqueta larga, à voz de adolescente em meio à puberdade e à postura desengonçada demais para uma dama.

A despeito da lesbianidade, permaneço sapatão como era quando criança, existência ambígua, limítrofe. Minha esposa – mais uma vez, a heroína de todas as histórias – fez questão de me recordar, tempos atrás, que eu poderia escolher renomear essa existência, para desfazer as confusões sem perder a ambiguidade que me é tão cara, usando outra linguagem: a da não-binariedade. Venho me reencontrando com a ameaça lilás na fluidez não-binária nos últimos anos, algumas vezes com mais sucesso do que outras. No meu aniversário, porém, ela decidiu me presentear com um quadro: um unicórnio acinzentado em fundo roxo de estrelas amarelas e pretas, com a crina que flui entre o amarelo e o roxo escuro – as cores da bandeira não-binária.

O gênero é como as cores, há neles certa indeterminação, disse Maggie Nelson. Às vezes é impossível diferenciar o azul-piscina do verde-água, pensei eu. O fato é que há pouca ou nenhuma diferença entre o lilás-sapatão e o roxo-não-binário; sabe-se lá em que tom exatamente se desenha a fronteira, se é que há uma. Reservo-me o direito à indeterminação, à sobreposição de verdades, à fronteira, à multiplicidade.

## Referências

- BAGNO, Marcos. **Água mole em pedra dura...** In: ANTUNES, Irandé Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 11–14.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: Usos & abusos da história oral. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183–191.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CONNELL, Raewyn. **Gender: in world perspective.** Cambridge: Polity, 2009.
- COSTA, Ana Alice *et al.* Uma conversa franca com MH/Sam Bourcier sobre correntes feministas e *queer* na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 2/3, p. 28–59, 2015.
- COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 11, p. 127–140, 1998.
- COSTA, Cláudia de Lima; ALVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579–586, 2013.
- FALQUET, Jules. **De la cama a la calle:** perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.
- FEIL, Gabriel Sausen. **O simulacro e o biografema – de A a Z.** In: CORAZZA, Sandra Mara (Org.). *Fantasia de escritura – filosofia, educação, literatura.* Porto Alegre: Editora Sulina, 2010, p.63–73.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. Vol. I.** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **De l'amitié comme mode de vie.** *Journal Gai Pied*, n. 25, p. 38–39, 1981. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso.** Recife: Cepe, 2020.
- HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue.** Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HOOBS, bell. **Ensinando a transgredir.** A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- IRIGARAY, Luce. A questão do outro. Trad. Tânia Navarro-Swain. **Labrys, estudos feministas (online)**, n. 1-2, p. 1-12, 2002.
- IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155-178, 2014.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam:** a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NELSON, Maggie. **Argonautas.** Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- PINO, Claudia Amigo. De um corpo para outro: Roland Barthes e a biografemática. **Criação & Crítica**, n. 27, p. 15–29, 2016.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual.** Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

- PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2015.
- RAGO, Margareth. Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos. **Revista doisPontos**., Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 229-241, abr/2017.
- REA, Caterina A. Pensamento lésbico e formação da crítica queer of color. **Cadernos de gênero e sexualidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018.
- REA, Caterina A.; AMANCIO, Izzie M. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Color e trânsitos para o Sul. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 53, e185315, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nbgqSYr89np8KP96VFwGCgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bágoas – Estudos gays: gênero e sexualidade**, v. 4, n. 5, p.17-44, 2010.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: \_\_\_\_\_. **Deviations**. A Gayle Rubin reader. Durkam, Londres: Duke University Press, 2011, p. 137-181.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.
- WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

### **A rainbow on Argo's sails: Gender experiences on the borders**

**Abstract:** When feminist studies met post-structuralism and its deconstructive proposal through the writers involved on “the linguistic turn”, gender emerged as a category of analysis, reconfiguring the debates and enabling the constitution of what we now call gender studies. In this new perspective, the subject went through a destabilization process, the metanarratives were questioned, and the political character of language was recognized. All those epistemic shifts had great influence on gender studies and literature: both the subject identity and the meaning of stories were now understood as effects of narrative efforts. Thus, those meanings are always open to reconstruction by its reader, since the point which Roland Barthes calls punctum, that spot that gets the reader's attention, provoking them. This essay starts at Barthes' punctum, exploring language's slits, deviations on gendered subjects grammar, and non-binary gray areas.

**Keywords:** Lesbian, Non-binary, Gender.

**Recebido: 14/11/2022**

**Aceito: 08/02/2023**